



Os representantes dos índios dizem a Jucá que querem a exploração mineral

# Índio defende a portaria da Funai sobre mineração

Um grupo de 12 índios representando 18 comunidades do Alto Rio Negro (norte do Amazonas) manifestou ontem ao presidente da Funai, Romero Jucá Filho, apoio à portaria da Funai e do DNPM que autoriza empresas mineradoras explorarem o subsolo do território indígena. Liderado por Alvaro Tukano, o grupo defendeu a "autodeterminação das comunidades, inclusive no que toca à exploração mineral".

Eles criticaram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) — "uma organização alienígena que recebe subvenção internacional para a matança dos índios", afirmou Edgar Fernandes Rodrigues, presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro.

Durante o encontro, presenciado por jornalistas, o presidente da Funai afirmou que "as pessoas que criticam a exploração mineral das terras indígenas falam sem conhecimento de causa". De acordo com Romero Jucá, "estamos apenas regulamentando a Lei 6.001 — o Estatuto do Índio — cujos artigos 44 e 45 tratam da exploração das riquezas do subsolo das terras indígenas".

Segundo o presidente da Funai, a portaria deixa claro que a exploração só acontecerá com a "anuência das comunidades". Alvaro Tukano, que foi candidato constituinte pelo PT do Amazonas, argumentou que a Funai "não tem verba suficiente para dar resposta à comunidade indígena".

"Queremos negociar nossas riquezas e estamos aqui para dizer ao presidente da Funai que temos que somar forças, garantir a terra e o desenvolvimento de um projeto econômico", disse Alvaro, ressaltando, porém, que "isto não significa que estejamos nos vendendo ao Governo".

Estavam presentes no encontro seis tukano, um yanomami, um bariwé, um baré e três waimiri-atroari. O único do grupo que manifestou alguma dúvida quanto aos "benefícios da portaria" foi o yanomami Júlio Goes Rinto. "Enquanto o povo yanomami não tiver preparado, não podemos dar uma resposta positiva", afirmou Júlio, acrescentando que "queremos primeiro educação e depois a gente resolve".

Romero Jucá insistiu na tese de que a única solução para exploração mineral é através das companhias mineradoras, pois "o contato do índio com o garimpeiro é maléfico". Segundo ele, existem 30 mil garimpeiros em áreas indígenas.

Os índios manifestaram preocupação "com os reflexos danosos que declarações de políticos e entidades contrárias à exploração mineral em áreas indígenas possam acarretar no andamento de projetos econômicos para suas aldeias".

Alvaro Tukano explicou: "Não queremos viver isolados do branco como alguns sociólogos, antropólogos e missionários defendem".

Não estamos vendendo nossas terras para as empresas e não podemos ser desapropriados como aconteceu com nossos antepassados".

Somadas as terras dos 18 grupos indígenas do Alto Rio Negro, com 45 mil índios, dá um total de 2,5 milhões de hectares. Segundo a Funai, "esta área é uma das regiões brasileiras com maior potencial de exploração mineral".

## Apelo também a Aureliano

A comissão de índios do Alto Rio Negro, também foi ontem ao Ministério das Minas e Energia para pedir que a Portaria 1/87 da Funai e do DNPM, que regulamentará a mineração em terras indígenas, seja cumprida na sua integralidade, pelo menos no que se refere às suas áreas, onde já trabalham duas empresas de mineração, a Paranapanema e a Gold Amazon.

Estas tribos já desenvolveram projetos econômicos incluindo a construção de infra-estrutura de saúde, educação e agrícola e têm receio que a posição "política" do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de sustar a concessão de alvarás até que a Constituinte defina a questão, venha a prejudicar estes projetos, atrasando a sua implantação.

Para o líder tukano Benedito Machado, as comunidades indígenas querem apenas buscar benefícios reais para si próprias, que o Governo até o momento

não conseguiu dar. Ele denuncia ainda que a ausência do Governo de suas áreas é justamente a origem dos seus problemas, como, por exemplo, as invasões de garimpeiros. Por isso, a legalização da presença das empresas mineradoras em suas terras, segundo a Portaria 1/87 da Funai, seria a melhor solução para os problemas.

Segundo outro líder tukano, Alvaro Sampaio, os 45 mil índios querem compartilhar do progresso nacional, com liberdade para discutir seus projetos econômicos dentro de suas reservas, com assessoramento da Funai.

Como Aureliano estava viajando, a comissão foi recebida pelo subchefe de gabinete, Antônio Massaroli André, que explicou a determinação do ministro ao DNPM de não conceder nenhum alvará de pesquisa em terras indígenas até que a Constituinte defina uma posição sobre o assunto.